

Potencialidades para o ecoturismo e etnoturismo na aldeia potiguara de Tramataia, APA da Barra do Rio Mamanguape (PB)¹

Ecotourism and etnotourism potentialities in the potiguara village of Tramataia, Environmental Protection Area of the Mamanguape River (PB, Brazil)

Izolda Kelly Pereira Barbosa, Maria Cristina Crispim

RESUMO

O ecoturismo e o etnoturismo são dois segmentos da atividade turística, que podem fazer parte de tipos de atividades econômicas sustentáveis quando bem planejadas. Tendo em vista o incipiente, mas crescente desenvolvimento da atividade turística na área de estudo, discute-se neste trabalho a possibilidade do desenvolvimento dessa atividade na aldeia Potiguara de Tramataia localizada na Área de Proteção Ambiental (APA) da Barra do rio Mamanguape, mesorregião da zona da mata, litoral norte do estado da Paraíba, município de Marcação. Objetivou-se fazer uma análise dos aspectos sociais, econômicos e ambientais visando perceber possíveis impactos ou contribuições que o desenvolvimento desta atividade econômica poderá gerar para a área em estudo, levando-se em consideração o real significado do termo desenvolvimento. Como um turismo de base comunitária tem de ser desejo da própria comunidade, é primordial a sua percepção sobre essa temática. Os dados demonstraram ser possível inferir que o turismo local tem servido como uma atividade econômica complementar para uma pequena parcela populacional da comunidade. A maioria da comunidade amostrada considera o turismo como uma boa opção de economia complementar. A partir dessa perspectiva, considera-se que o turismo pode ser utilizado como meio para valorizar os aspectos culturais, e o meio ambiente natural, através das interpretações empíricas da comunidade, sendo ainda necessária uma maior preparação desta, para o seu envolvimento. Isso poderá ser facilitado, através de políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento e incentivo ao turismo local.

PALAVRAS-CHAVE: Ecoturismo; Etnoturismo; Comunidade Local.

ABSTRACT

Ecotourism and the etnoturismo are two segments of tourism, which can be part of types of sustainable economic activities when thoughtful. Given the incipient but growing development of tourism in the study area, this paper discusses the possibility of the development of this activity in Potiguara village Tramataia located in the Environmental Protection Area (APA) of the river Mamanguape Bar, the middle region area of the forest, north coast of the state of Paraíba, in the town of Marcação. The objective to analyze the social, economic and environmental aspects in order to note possible impacts or contributions to the development of this economic activity could generate to the area being studied, taking into account the real meaning of the term development. The data shown to be possible to infer that the local tourism has served as a complementary economic activity to a small part of the population of the community. Most of the sampled community considers tourism as a good option to complement economy. From this perspective, it is considered that tourism can be used as a means to valorize the cultural aspects, and the natural environment, through community empirical interpretations, and still require further preparation of this, to their involvement in tourism development. This may be facilitated by public policies directed to the development of local tourism.

KEYWORDS: Ecotourism; Etnoturismo; Local Community.

Introdução

O turismo configura-se como uma área interdisciplinar do conhecimento das ciências humanas que tem em sua essência a integração com várias outras áreas do conhecimento. Para Ignara (2003) o turismo vem se desenvolvendo desde a antiguidade, mas o advento do capitalismo comercial propiciou a propagação das viagens com a construção de auto-estradas, com o aumento da riqueza, através da ampliação da classe de comerciantes proporcionando a secularização da educação e o estímulo pelo interesse em viajar para conhecer outras culturas como uma forma de educação, incluindo também a ampliação dos roteiros marítimos devido à necessidade de ampliação das rotas comerciais.

Sendo assim, surgiu o *boom* do turismo, com isso Rejowski (2002) discorreu que este *boom* ocasionou o desenvolvimento descontrolado e irresponsável da atividade turística em relação ao meio ambiente, gerando a necessidade uma postura crítica com a “experiência turística” englobando os interesses de todos os agentes do processo. Ao lado do turismo de massa progrediu o discurso do desenvolvimento sustentável.

Segundo Ouriques (2005), em se tratando de uma comunidade receptora, o turismo pode ser considerado como um agente de colonização gerando uma dependência que em muitos casos substitui as armas como instrumento da denominação, servindo como uma das formas de apropriação de controle do espaço em se tratando de capital de uma atividade que tem sua base em uma permanência temporária, o que pode causar interferências no aspecto econômico e também no aspecto cultural através de modificações nos costumes de uma determinada comunidade.

Por outro lado, fazendo uma analogia com o aspecto cultural, Sahlins (1997) ao questionar o fato da cultura não ser um “objeto em vias de extinção”, cita exemplos das tribos da África do Sul e de comunidades localizadas nas ilhas do pacífico, vítimas das imposições do imperialismo, onde sua cultura mais original acaba sendo agregada a outra cultura, mas nem por este motivo deixa de existir, sendo conseqüentemente recriada, reinventada, porém com os laços da cultura anteriormente existente. O autor infere que com o processo de globalização, a cultura assumiu configurações variadas que escapam ao nosso entendimento, ao nosso ver que foi influenciado pela ideia positivista de se estudar uma cultura totalmente pura, sem nenhuma outra interferência cultural.

De acordo com a *World Wide Found For Nature – WWF BRASIL* (2003, p.23),

o turismo deve ser compatível e fazer parte dos planos em escala internacional, nacional, regional e local de desenvolvimento sustentável e de conservação, além de obedecer a convenções internacionais e leis nacionais, estaduais e locais que apoiam o desenvolvimento sustentável e a conservação. Deve ser planejado, administrado e empreendido de maneira a evitar danos à biodiversidade e ser ambientalmente sustentável, economicamente viável e socialmente equitativo. Deve também ser empreendido com uma visão preventiva, sem comprometer as oportunidades de uma economia local diversificada e respeitando os limites “aceitáveis de mudança” ou (capacidade de carga).

Desenvolvimento sustentável é um termo que está diretamente ligado ao conceito de crescimento, desenvolvimento e sustentabilidade, pois nem sempre o significado de crescimento está atrelado ao significado de desenvolvimento, nem ao significado de sustentabilidade. O termo “crescimento” pode estar conectado a um ou a vários aspectos singularmente, por exemplo: pode designar tão somente crescimento econômico, ou pode designar o crescimento econômico ligado ao crescimento social, integrando qualidade de vida e a qualidade do meio ambiente natural, e a partir daí, deve-se evoluir para o conceito de desenvolvimento.

O turismo cultural engloba o etnoturismo como um de seus segmentos e é conceituado pelo Ministério do Turismo como “*aquela que compreende as atividades turísticas relacionadas a vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura*” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004, p.13).

Em contrapartida, quando o termo crescimento engloba os aspectos sociais, políticos, econômicos e ambientais, pode-se considerar que esta fase do crescimento já evoluiu para um nível de desenvolvimento sustentável. O ecoturismo e o etnoturismo são atividades econômicas que se adaptam muito bem ao termo sustentabilidade, visto que o primeiro procura manter o ambiente como um exemplo de atrativo que desperta o

interesse do turista ou visitante pela preservação ambiental e o segundo faz com que haja uma troca de experiência entre o turista ou visitante com a comunidade tradicional gerando um aprendizado mútuo entre diferentes formas de vida na busca pelo respeito à diversidade cultural.

A antiga Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) em 1994 definiram o ecoturismo como: *“um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações”* (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004, p.9). Já o turismo étnico ou etnoturismo foi definido pelo Ministério do Turismo como um segmento do turismo que: *“constitui-se das atividades turísticas decorrentes da vivência de experiências autênticas em contatos diretos com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos”* (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004, p.17).

Como se pode observar na própria conceituação referente ao ecoturismo está incluída a questão cultural ligada ao meio ambiente e ao bem-estar das populações.

Partindo da visão de sustentabilidade, proposta acima, o ecoturismo e o etnoturismo são dois segmentos da atividade turística que podem configurar-se em tipos de atividades econômicas sustentáveis, quando bem planejadas, e que em alguns casos têm apresentado bons resultados em comunidades tradicionais com relação ao desenvolvimento econômico, através de uma gestão sustentável, e da valorização da comunidade local. Isso pode acontecer quando tais comunidades tanto podem aceitar quanto têm a oportunidade de se preparar para a chegada do turismo como mais uma alternativa de fixação da atividade turística no meio natural e cultural das comunidades.

Mendonça (1999) afirmou que uma população pode participar da economia do turismo, podendo estar tanto em contato com visitantes quanto melhorar a qualidade de vida, sem necessariamente enfraquecer a própria cultura, de forma que tal população participe ativamente do processo de desenvolvimento turístico. Para isso a comunidade tem de estar primeiramente de acordo com o desenvolvimento da atividade turística, pois para a autora, de uma forma geral tem-se confundido a “absorção” de algumas tecnologias pelas comunidades tradicionais com descaracterização cultural.

Partindo do pressuposto acima e fazendo uma analogia com o caso dos Potiguaras em relação ao turismo, Vieira (2003) considera este aspecto como sendo positivo, pois para ele, entender os *Potyguara* como empreendedores do turismo atenta para o próprio modo como eles estão se inserindo no contato interétnico para fazer uma leitura simbólica do “outro” e do contato, configurando distanciamentos significativos. Para o autor este aspecto pode ser observado em primeiro lugar, pelo interesse em produzir artesanato para venda e depois pela comemoração do dia do índio em 19 de abril, além realização da festa de S. Miguel.

Considerando que ecoturismo é uma parte do turismo que oferece visitação a áreas naturais visando aumentar o conhecimento e as

percepções ambientais dos visitantes, este deve ser planejado para que não ocorram ou sejam minimizados os impactos ambientais, sociais e culturais negativos para que esses atrativos sejam mantidos permanentemente, e considerando também que etnoturismo objetiva a visitação a áreas de culturas diferenciadas de comunidades tradicionais com o intuito de valorizar essas culturas, favorecendo também o aumento de renda dessas comunidades, é importante que estas atividades sejam incentivadas onde for possível.

O turismo é uma prática social universal, e vamos ter que conviver com ele, e estimulá-lo em vários aspectos. E temos que pensar nas comunidades tradicionais, como forma de vida, e que muitos resistiram, até hoje, até há processos muito mais violentos que o próprio turismo, como a expropriação de suas terras, por grileiros e por grupos imobiliários, e depois pela própria conservação, através de unidade de conservação. É fundamental que essas comunidades locais se organizem e se tornem donas, no sentido de apropriação, do processo turístico. Isso se refere a várias experiências brasileiras (DIEGUES, 2003).

Para tanto, buscou-se discutir neste trabalho se o ecoturismo e etnoturismo podem desenvolver-se em uma área natural protegida, na qual estão inseridas comunidades tradicionais, mais precisamente a aldeia indígena de Tramataia, localizada na Área de Proteção Ambiental (APA) da Barra do Rio Mamanguape, litoral norte do estado para Paraíba. A finalidade deste estudo foi saber se a comunidade local tem interesse no desenvolvimento do turismo, o que o turismo ainda incipiente na localidade representa para tal comunidade, quais os impactos que este desenvolvimento pode causar no modo de vida da população em estudo, na cultura e na relação dessa comunidade com o meio ambiente natural.

Partindo do pressuposto acima, objetivou-se analisar a comunidade em estudo, por meio de uma pesquisa de campo (observacional e aplicando entrevistas ligadas ao estudo etnográfico), visando analisar a percepção que a comunidade tem em relação ao turismo e aos turistas, sua aceitabilidade, de forma a avaliar a potencialidade do local para o eco e etnoturismo.

Caracterização da área de estudo

A aldeia Potiguara de Tramataia situa-se na APA da Barra do Rio Mamanguape, na parte do município de Marcação. Estima-se que possui uma população total de aproximadamente 900 habitantes, segundo os dados demográficos da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), referentes ao ano de 2010.

De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a APA situa-se na mesorregião da zona da mata, litoral norte do estado da Paraíba, a uma distância de 70 km da cidade de João Pessoa, e limita-se ao norte com o município de Marcação, onde se localiza a Aldeia,

ao sul com o município de Lucena, a oeste com o município de Rio Tinto, e a leste com o Oceano Atlântico (Figura 1).

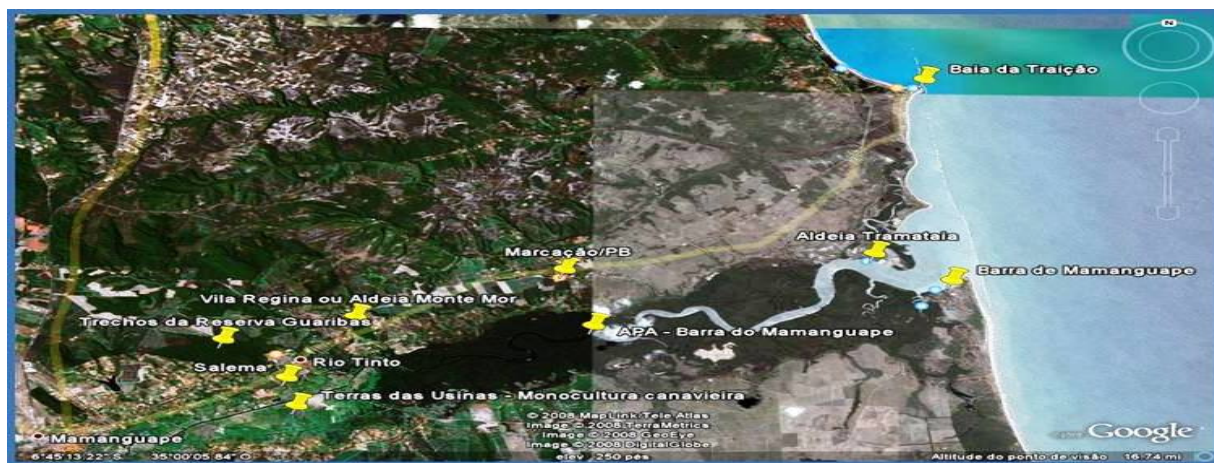


Figura 1: Aldeia potiguara de Tramataia e Rio Mamanguape. **Fonte:** Google Earth, 2008.
Figure 1: Village of Potiguara Tramataia and Mamanguape River Bar. **Source:** Google Earth, 2008).

Segundo Marinho (2000), a APA abrange também parte do município de Marcação, já que em 29 de abril de 1994, parte do município de Rio Tinto foi desmembrado através da lei n° 5.913, surgindo então, o município de Marcação, que ao ser criado, recebeu uma pequena parte da superfície antes pertencente ao município de Baía da Traição, através da Lei Estadual n° 6.423 de 27 de dezembro de 1996. Assim, o município de Marcação também faz parte de Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape.

Uma característica normativa é que a aldeia de Tramataia caracteriza-se pelo fato de ser uma terra indígena e protegida por lei. Sendo assim, os índios não podem se desfazer de suas terras para terceiros, ou terceiros não podem negociar as terras para fazer segundas residências como acontece no caso de Barra de Mamanguape, também pertencente à Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape. Este fator propicia a falta de ordenamento com relação a novos empreendimentos turísticos que poderiam surgir sem estar de acordo com as características sustentáveis.

Posteriormente, observar-se-á que por conta do desenvolvimento do projeto Peixe-Boi e da criação da APA, surgiu uma nova proposta de desenvolvimento do turismo, voltada para a valorização do meio ambiente natural e das comunidades locais ali existentes ainda que a comunidade em estudo tenha uma participação incipiente, mas que, mesmo assim, possui um potencial para o envolvimento da atividade turística. A área em questão apresenta grande beleza cênica, que pode ser aproveitada pelo ecoturismo, como pode ser observada na Figura 2.



Figura 2: Estuário do Rio Mamanguape. **Fonte:** <<http://www.ibama.gov.br/>>. Acesso: 18/abr/2010.

Figure 2: Estuary of Mamanguape River. **Source:** <<http://www.ibama.gov.br/>>. Access: 18/abr/2010).

Aspectos ecológicos

Do ponto de vista ecológico, de acordo com o projeto Cooperar da Paraíba (2007), o habitat Potiguar hoje encontra-se muito reduzido e muito desgastado em consequência das constantes queimadas e derrubadas da Mata Atlântica e da poluição de rios e mangues, reservatórios naturais de diversas espécies de peixes, crustáceos e moluscos. No entanto, este habitat ainda pode ser considerado como um local em bom estado de conservação se comparado com outras áreas de Mata Atlântica. A área de reserva e seu entorno é considerada de extrema importância para a conservação da biodiversidade. A relevante pressão do homem sobre esses remanescentes de florestas e restinga ameaça a manutenção de espécies raras e em extinção como o macaco guariba (*Alouatta belzebul*) e o peixe boi (*Trichechus manatus*) na região que é o principal sítio de ocorrência no Nordeste, como, também, de peixes, aves, anfíbios, répteis e outros mamíferos.

Na área estudada há uma zona de superposição da terra indígena Potiguar, com a APA, de acordo com Oliveira (2003), a aldeia localiza-se no lado Norte da Área de Proteção Ambiental. Ainda de acordo com esse autor, as terras são formadas na sua grande maioria por plantações de cana e culturas de subsistência, já nas áreas marginais do rio existem vários viveiros de camarão empreendidos pelos índios potiguar.

Aspectos econômicos

De acordo com o projeto Cooperar da Paraíba (2007), do ponto de vista econômico, as principais atividades desenvolvidas nas aldeias incluindo a aldeia de Tramataia são:

- No extrativismo, a pesca marítima na Baía da Traição, e nas aldeias Camurupim e Tramataia no município de Marcação, e nos mangues em quase todas as aldeias encontra-se o extrativismo vegetal da mangaba (*Hancornia speciosa*), da jaca (*Artocarpus integrifolia*), do coco (*Cocos nucifera*) e do caju (*Anacardium occidentale*);

- Na produção, a agricultura de subsistência (milho, feijão, mandioca, macaxeira, inhame e frutas), a criação de animais em pequena escala (galinhas, patos, cabras, cavalos e bovinos) e a criação de camarões em viveiros;
- O assalariamento rural, principalmente nas usinas de cana, e urbano;
- O funcionalismo público, com destaque para as prefeituras;
- As aposentadorias dos idosos.

Ainda de acordo com o Projeto Cooperar (2007) a economia da região estava centrada na dinâmica da Companhia de Tecidos da cidade de Rio Tinto. A mesma contratava grande parte dos moradores da localidade, índios e não índios, e este fator criava um mercado consumidor para a produção local agrícola e pesqueira. Após a falência da Companhia, a economia da região ficou baseada na exploração da cana de açúcar, na carcinicultura, e no turismo ecológico e cultural, além do artesanato, que também foi citado como mais uma fonte alternativa de renda.

Organização política

Em todas as aldeias há organização política interna, de acordo com o Projeto Cooperar. A organização política da etnia potiguara é representada por um cacique geral, que junto com caciques locais de cada aldeia, são os responsáveis por mediar as relações entre a comunidade e as diversas instituições para buscar soluções para os problemas.

Por conseguinte, a sucessão das terras ocorre por hereditariedade, passando de pai para filho, ou parente próximo, e havendo algum descontentamento na comunidade em relação à liderança, faz-se então o processo de eleição, assessorado pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio), e cada família indígena vota em um chefe ou um membro indicado por ele.

Existe ainda um conselho composto por 26 caciques locais e um cacique geral, com a finalidade de identificar os problemas e encaminhá-los para as gestões junto aos órgãos que tratam de questões indígenas. Há ainda um código de conduta, elaborado pelo conselho com a função de normatizar as relações entre lideranças e comunidades.

Mesmo assim, de acordo com o exposto no Projeto Cooperar, historicamente, as relações entre as populações indígenas, entre esses representantes de órgãos governamentais e não governamentais foram marcadas por um clima de tensão, como disputa interna pela liderança, a luta pela reintegração de posse e demarcação de terras e conflitos por delimitação de áreas entre índios e usineiros.

Na pesquisa *in locu*, observaram-se os aspectos abordados, quanto à caracterização da área de estudo. Na aldeia de Tramataia os moradores possuem renda através da aposentadoria, da pesca, dos viveiros, do funcionalismo público, e quanto aos meios de subsistência há a criação de animais em pequena escala. Em uma das casas onde a pesquisadora

instalou-se durante a pesquisa, há, por exemplo, uma criação de galinhas destinadas ao consumo dos moradores, eles também consomem o marisco, o camarão, ostras e peixes. Os comunitários ainda possuem pequenos terrenos que ficam mais distantes de suas casas, já que as casas situam-se mais próximas dos estuários, nos quais há realmente plantações de milho, feijão, mandioca, macaxeira, inhame e frutas. Além desses fatos, visitou-se uma criação de abelhas (apicultura) localizada na aldeia de Tramataia, esta é apenas desenvolvida por alguns membros da comunidade.

Procedimentos metodológicos

Com a finalidade de se alcançar o objetivo proposto neste trabalho, optou-se por seguir o tipo de pesquisa etnográfica de cunho qualitativa. As fontes utilizadas foram pesquisa em dados bibliográficos, *sites*, artigos científicos, relatórios e documentos técnicos com a finalidade de buscar informações necessárias para a resolução dos objetivos específicos. Posteriormente, utilizaram-se também dados qualitativos.

Tais dados foram obtidos através de pesquisas baseadas em entrevistas semiestruturadas, realizadas com os moradores da comunidade local. Isso possibilitou ter uma ideia de suas opiniões e perspectivas acerca do desenvolvimento do turismo e sua influência no cotidiano da comunidade local, considerando quais aspectos a comunidade levou em consideração para a importância do turismo: se foi apenas o aspecto econômico, ou se a comunidade também pensa em um modo de gestão sustentável para o desenvolvimento do ecoturismo e do etnoturismo na localidade.

A investigação etnográfica na antropologia fez com que os pesquisadores percebessem que a maioria das informações vindas dos povos não poderiam ser quantificadas, de forma que necessitavam ser interpretadas de uma maneira mais ampla do que apenas direcionada aos objetivos.

Cabe aqui então, enfatizar a etnografia, como um dos métodos adotados para a pesquisa.

A etnografia baseia suas conclusões nas descrições do real cultural que lhe interessa para tirar delas os significados que têm para as pessoas que pertencem a essa realidade, isso obriga os sujeitos e o investigador a uma participação ativa onde se compartilham modos culturais, tipos de refeições, formas de lazer (TRIVINOS, 2006, p.56).

A entrevista semiestruturada foi a principal fonte de coleta dos dados *in loco*, com a finalidade de obter informações essenciais dos sujeitos para se chegar a uma conclusão final acerca do objeto de estudo. *A priori*, foram entrevistadas cerca de 20 pessoas da comunidade local, principalmente pescadores envolvidos com o desenvolvimento da atividade turística, pelo fato deles terem mais contato com os turistas ao realizarem o passeio de barco pelo estuário como uma atividade econômica complementar, configurando-se em um contato mais direto com esta atividade econômica.

Além daqueles, o cacique da aldeia e uma professora de ensino fundamental de uma escola da comunidade local também foram entrevistados já que o cacique é um representante da comunidade e a professora conhece e repassa a história local para os estudantes da comunidade e para grupos de estudantes que visitam a aldeia.

O questionário foi composto por perguntas abertas em sua maioria, as poucas perguntas fechadas que foram abordadas dizem respeito a aspectos como idade, sexo, estado civil, naturalidade e grau de instrução. As demais constituíram-se em perguntas abertas, todas a respeito do que os moradores locais pensam sobre o desenvolvimento do ecoturismo e do etnoturismo no local. As mesmas abordaram o entendimento desses moradores sobre aspectos relacionados com a sustentabilidade, e com o relacionamento deles com a gestão do projeto Peixe-boi, que está localizado dentro da Área de Proteção Ambiental, próximo à Aldeia de Tramataia.

Os possíveis conflitos e benefícios gerados na aldeia com a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) e do projeto Peixe-boi também foram abordados. Para tanto, utilizou-se um modelo de questionário semiestruturado com alguns membros da comunidade. Alguns deles já trabalham com o turismo, tendo em vista que realizam o passeio de canoa pelo estuário com os turistas, considerando-se que este passeio está ligado ao Projeto peixe-boi, pois é realizado em primeiro plano para levar o turista para conhecer o peixe-boi. Ainda foi aplicado o questionário com pessoas da comunidade que desenvolvem outras atividades não relacionadas necessariamente com o turismo, considerando que toda a comunidade será afetada pelo aumento no turismo, caso este ocorra.

Resultados e discussão

De acordo com os aspectos abordados nos procedimentos metodológicos no que diz respeito aos dados qualitativos, optou-se por fazer um relato das respostas dadas pelos moradores entrevistados da aldeia Potiguara de Tramataia.

A ocorrência do turismo no município adjacente, de Baía da Traição, onde também se localizam aldeias Potiguaras proporcionou o desenvolvimento do turismo também em outras aldeias como a de Tramataia, este aspecto foi observado nas entrevistas realizadas com os moradores da aldeia em estudo.

Quando foi perguntado sobre o desenvolvimento do turismo na localidade, os entrevistados informaram que além da motivação do projeto Peixe-boi, também havia a influência do turismo vindo do município de Baía da Traição, entretanto, deve-se enfatizar que o turismo desenvolvido neste município pode ser considerado como um turismo desordenado, no qual há falta de planejamento e ordenamento, o que não necessariamente traz garantias de desenvolvimento local, caracterizando-se como turismo em massa.

Na aldeia potiguara de Tramataia há a possibilidade de desenvolvimento do ecoturismo, tendo em vista que a mesma fica localizada em uma Área de Proteção Ambiental. Além desse aspecto a localidade fica

mais afastada de centros mais urbanizados. Sendo assim, um turismo ainda considerado incipiente é desenvolvido no local, motivado pela existência da base do Projeto Peixe-boi, sendo este utilizado como uma espécie-bandeira da área, de forma que a atividade turística já apresenta aspectos relacionados com um turismo ambiental mais sustentável.

Poder-se-ia questionar então, que este tipo de turismo também poderia trazer transtornos e impactos negativos para a comunidade local. Dessa forma, cabe ressaltar que este questionamento não pode ser realizado de forma generalizada, pois desde que a atividade turística seja bem planejada em conjunto com os moradores locais, para uma definição de um plano de ações envolvendo todo um estudo de planejamento e marketing local, tais aspectos negativos teriam a possibilidade de ser minimizados, já que seriam definidos o tipo de turismo a ser desenvolvido no local. No caso desta proposta, o ecoturismo e o etnoturismo, e principalmente o tipo de turista como público alvo.

Dos 20 entrevistados, dois moradores da comunidade que possuem grau de instrução de nível superior incompleto responderam o que entendem por sustentabilidade citando exemplos, demonstrando que compreendiam o significado do termo. A maioria, porém, não sabia o seu significado. Perguntou-se o que eles entendem por “preservar a natureza”, de forma que eles deram exemplos de sustentabilidade não por entender o seu significado, mas por relacioná-lo com a palavra preservação. Um dos pescadores, sócio da colônia de pescadores, respondeu ao questionamento informando que:

- A sustentabilidade pode ser feita de forma que os lixos fossem recolhidos dos locais indevidos, *“nós temos um grupo que limpa o plástico e as garrafas pet e outros lixos da beira do estuário”*, além de reclamar sobre a soltura do vinhoto da cana no rio.

- Um outro morador, respondeu da seguinte forma, *“respeito ao meio ambiente, preservar o mangue, não fazer viveiro nas partes do mangue”*, este último aspecto refere-se à carcinicultura.

- Um dos canoeiros que trabalha fazendo passeio com os turistas para mostrar o peixe-boi, informa que a sustentabilidade é *“trabalhar protegendo o meio ambiente”*.

Neste caso deve-se reconhecer que o conhecimento empírico das comunidades tradicionais também se faz de extrema relevância, no que diz respeito à relação homem-natureza.

Quanto ao processo de interação entre a comunidade local e os turistas, todos os moradores da comunidade que foram entrevistados, responderam que há um bom relacionamento: - *“Bom, o turista procura saber como se pega o caranguejo e os peixes nas camboas”*;

- *“Bom, os turistas respeitam, procuram saber sobre a vida na aldeia”, “se for só para visitar a aldeia e ir embora, é bom”*. O cacique entende como *“positivo, gera renda, existem aproximadamente 16 canoeiros e os turistas procuram saber mais sobre a comunidade”*;

- Uma outra moradora relata que “é como se os turistas tivessem uma outra visão de mundo”.

Buscou-se saber dos entrevistados se o turismo pode influenciar de forma positiva ou negativa no desenvolvimento da comunidade local (Figura 3). Das vinte pessoas entrevistadas, uma delas considera a interferência do turismo como sendo negativa e 19 delas consideram esta interferência como sendo positiva. Tal aspecto revela que a comunidade tem valorizado os impactos positivos do turismo, pelo menos baseado no que vem ocorrendo até o momento na sua aldeia.

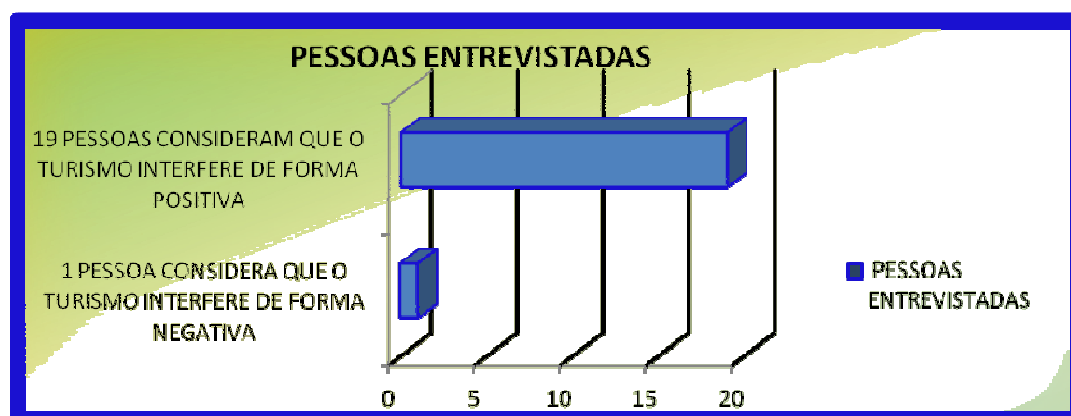


Figura 3: O turismo pode influenciar de forma positiva ou negativa no desenvolvimento da atividade turística?.

Figure 3: Tourism can impact positively or negatively on the development of tourism?

De acordo com os dados observados no decorrer do trabalho, observou-se que os moradores da comunidade têm um certo interesse no turismo, em primeiro plano esse interesse como acontece de uma forma geral está mais relacionado com o fator econômico, mas isso não impede que o fator cultural e o ambiental estejam inseridos na atividade, uma vez que tal atividade já é desenvolvida envolvendo aspectos como a educação e a conscientização ambiental através do Projeto Peixe-boi.

De acordo com um dos moradores da comunidade cerca de aproximadamente 16 pescadores trabalham também como canoeiros que levam os turistas pelo estuário para conhecer o Peixe-boi, e durante o percurso acabam falando também sobre seus conhecimentos tradicionais.

Para o entrevistado, o turismo pode ser bom para a comunidade em termos econômicos e culturais, mas a atividade deve ser desenvolvida como uma economia complementar, pois para ele tal atividade ainda é incipiente na comunidade, é uma atividade sazonal e ainda inclui poucos membros.

Outro entrevistado, também membro da comunidade que trabalha diretamente na base do projeto Peixe-boi dando palestras para os turistas sobre os aspectos ecológicos do estuário, e sobre a espécie-bandeira, informou que cerca de 2.500 a 3.000 turistas visitam a área anualmente, mais precisamente a base do Projeto. O mesmo relatou que o relacionamento dos gestores do projeto com a comunidade local é razoável, mas às vezes aparecem alguns conflitos relacionados com a natureza difusa do meio ambiente natural entre a comunidade local e a gestão do projeto.

Ainda segundo o entrevistado, não há um estudo de demanda turística que possa determinar o perfil do turista, mesmo assim ele relatou que entre os turistas e visitantes todos visitam o local motivados em conhecer o meio ambiente natural.

Observaram-se também conflitos gerados entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), responsável pela administração da APA, o Projeto Peixe-Boi e os moradores da aldeia que de fato reclamam da falta de comunicação entre esses órgãos e a comunidade local.

Há pouco envolvimento dos moradores da aldeia de Tramataia nas atividades do Projeto Peixe-boi, cerca de 16 canoieiros e uma atendente na base do projeto. Deve-se reconhecer que houve uma tentativa de inserção dos moradores locais nas atividades do projeto, mesmo que em pequena escala, mas ainda assim insuficiente, já que o projeto pode ajudar a comunidade incentivando uma maior produção do artesanato local, além de trabalhar com a conscientização da própria comunidade sobre a importância do estuário e toda a sua biodiversidade incluindo a educação ambiental no cotidiano das crianças, atuando assim projetos mais sociais.

Considerações finais

De acordo com os fatos abordados, pode-se considerar que o turismo desenvolvido na área de estudo ainda necessita de incentivos para um desenvolvimento com base no desenvolvimento social, pois o aspecto que mais se tem levado em consideração com relação ao turismo na comunidade em estudo, de acordo com os dados obtidos, foi o aspecto econômico. A maioria dos entrevistados (95%) vê o turismo como algo positivo e concorda com o seu aumento. Apesar disso, apenas cerca de 17 pessoas da comunidade estão envolvidas com o turismo atualmente. Porém há a possibilidade de que a atividade turística ainda incipiente com uma média de 2.500 a 3.000 turistas por ano possa posteriormente despertar o interesse das pessoas da aldeia potiguara de Tramataia e apresentar mais atrativos. Havendo esse incentivo, e participação da comunidade, os aspectos históricos e culturais da comunidade e do povo potiguara em si, poderão ser repassados, de forma que esses aspectos acabem sendo passados naturalmente dos moradores da aldeia para os turistas.

Cabe ressaltar que há cerca de dois restaurantes na aldeia que apresentam um aspecto rústico combinando com a paisagem natural onde são oferecidos principalmente frutos do mar, sendo constatado também que esses restaurantes empregam informalmente pessoas da comunidade, mais precisamente na época do verão quando o fluxo de turistas e visitantes é maior, observando-se que o turismo acaba influenciando também no setor de alimentos.

Para que isso seja alcançado em trabalhos futuros, deveria haver o incentivo através de palestras para a comunidade, mostrando a potencialidade do ecoturismo e etnoturismo motivando-a para o desenvolvimento dessas atividades.

Relativo ao potencial ecoturístico, trilhas aquáticas e terrestres poderiam ser demarcadas, de forma a mostrar as belezas naturais e transmitir conhecimentos sobre os ambientes de mangue e restinga, típicos do local. Se atualmente cerca de 2500 a 3000 pessoas visitam anualmente a área motivadas pela visita ao peixe-boi, o atrativo poderia ser melhorado, se o próprio estuário se tornasse um atrativo, para além do cetáceo através do passeio que é realizado de canoa até o local em que os animais estão para visita, havendo também uma explicação do que é um estuário, sua importância biológica e ecológica, aumentando a consciência ecológica dos visitantes para alcançar um dos objetivos do ecoturismo. O mesmo poderia ser feito nas restingas, mostrando a vegetação típica, suas limitações, seus animais.

Em relação ao etnoturismo, algumas festividades da aldeia seriam assinaladas, selecionadas e abertas a visita, de forma a que os visitantes pudessem, ao mesmo tempo em que viam o peixe-boi ou os ambientes, apreciar a cultura e conhecer a sua história.

Esse número de visitantes poderia aumentar se a visita fosse direcionada também para o aspecto etnográfico da aldeia indígena, procurando resgatar atividades culturais como a importância e o significado da dança do toré para a aldeia, a história e o modo de vida dos moradores, o artesanato como atrativos para visita, o que favoreceria a obtenção de maior renda pela comunidade através da valorização da cultura local.

O fato de o incentivo econômico ter se mostrado como o maior motivador para a aceitação do turismo, por parte da comunidade local, é comum de uma forma geral, mas o desenvolvimento do turismo não pode acontecer para valorizar apenas o desenvolvimento econômico. É importante que a comunidade entenda, que associado ao fator econômico, outros aspectos importantes da sua vida, como a valorização da sua cultura e a manutenção da qualidade ambiental, que se reverte em qualidade de vida, devem ser levados em consideração.

Há de fato, o real potencial para o desenvolvimento do ecoturismo e do etnoturismo, tendo em vista que a atividade turística já está em vias de desenvolvimento e que a comunidade local concorda com o seu crescimento. Considerando que para que a atividade turística seja desenvolvida de fato na localidade, necessita-se que haja o devido planejamento da mesma em primeiro plano, dando-se prioridade para o desenvolvimento local, fomentando a inserção da comunidade nos níveis de gerenciamento dessa atividade. Escutar os anseios da comunidade, levar em consideração as suas necessidades, seus pontos fortes e fracos com relação ao desenvolvimento da atividade turística pode ser um bom início para o planejamento da atividade.

Acredita-se que com um trabalho em parceria com o Projeto Peixe-boi, voltado para o desenvolvimento do turismo no local, com ênfase para o ecoturismo e para o etnoturismo, envolvendo também a educação ambiental e a valorização do conhecimento tradicional da comunidade, alguns conflitos socioambientais observados poderiam ser minimizados, pois esta seria uma forma de envolver mais diretamente a comunidade local nas atividades da Área de Proteção Ambiental (APA).

Dessa forma, mais membros da comunidade tornar-se-iam parceiros no desenvolvimento da atividade turística incluindo nesta atividade os atrativos potenciais da comunidade como o artesanato local, as festas de padroeiros, a dança do toré, a gastronomia local, a criação de trilhas ecológicas, do turismo pedagógico incluindo a diversidade cultural e a educação ambiental para instituições de ensino visitantes, o passeio de canoa no estuário juntamente com a formação de guias locais para falar e valorizar também a história da aldeia.

O próprio Peixe-boi, espécie bandeira da Área de Proteção Ambiental já é um atrativo que propicia um turismo sustentável tendo em vista que antes dos turistas fazer o passeio pelo estuário para conhecer a espécie, eles devem assistir a vídeos e a uma palestra sobre a preservação do peixe-boi marinho dentro da base do projeto (Figura 4).



Figura 4: Base do projeto Peixe-Boi na Barra de Mamanguape.

Fonte: Izolda Kelly Pereira Barbosa (2011).

Figure 4: Project basis Manatee on Mamanguape River.

Source: Izolda Kelly Pereira Barbosa (2011).

Os aspectos abordados acima tornam-se possíveis de serem colocados em prática tendo em vista que a comunidade apresenta uma rica história dentro da formação histórica do estado da Paraíba, possuindo uma rica cultura, tendo também, uma pequena infraestrutura típica de comunidades mais afastadas de centros urbanos, existindo dois restaurantes que oferecem frutos do mar adaptados a culinária local, levando-se em consideração que na localidade não existem empreendimentos de meios de hospedagem de forma que este aspecto não dificulta a ida de turistas até a aldeia já que no entorno existem uma infraestrutura hoteleira e outros tipos de serviços relacionados ao turismo.

Outro fato interessante que também pode servir para o turismo em termos de visitação e consumo de produtos é a criação de abelhas (apicultura) desenvolvida por moradores da aldeia de Tramataia como pode ser observado na Figura 5. Obviamente que os visitantes deverão usar os equipamentos de segurança necessários.



Figura 5: Apicultura, criação de abelhas de moradores da Aldeia.

Fonte: Izolda Kelly Pereira Barbosa (2011).

Figure 5: beekeeping of the residents of the village.

Source: Izolda Kelly Pereira Barbosa (2011).

Deve-se ressaltar a importância da sustentabilidade no desenvolvimento da atividade turística e não dependência econômica desta atividade, tendo em vista que ela deva ser tratada como um complemento das atividades mais tradicionais como, por exemplo: a pesca, e a agricultura em pequena escala, e a criação de animais de pequeno porte para o consumo próprio. Por sua vez, a cultura local deve ser mantida mesmo que está seja mais acentuada em datas comemorativas como na festa do padroeiro da aldeia quando se pode observar a reunião de todos da comunidade incluindo visitantes para prestigiar a dança do toré, uma dança tradicional da cultura indígena local.

Referências bibliográficas

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Segmentação do Turismo:** marcos conceituais. Programa de Regionalização do turismo, 2004.

DIEGUES, A.C.S. Turismo e Desenvolvimento Social Sustentável. **Anais** do 1º Seminário Internacional de Turismo, 2003.

IGNARA, L.R. **Fundamentos do turismo.** 2º Ed. São Paulo, SP: Pioneira, 2003.

MARINHO, E.G.A. Geomorfologia da área e Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape e Adjacências, no Estado da Paraíba: Subsídios ao zoneamento Geo-Ambiental. João Pessoa, 2002. (**Dissertação**) 194 f. – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA / Sub-Programa UFPB – UEPB.

MENDONÇA, R. Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição? In: LEMOS, A.I.G. (org). **Turismo e impactos sócio-ambientais.** São Paulo, SP: HUCITEC Ltda, 1999.

OLIVEIRA, J.C.C. Zoneamento ambiental da APA da Barra do rio Mamanguape e seu entorno, estado da Paraíba, Brasil. **Dissertação.** Universidade federal da Paraíba – Programa de Pós-graduação e Pesquisa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2003.

OURIQUES, H.R. **A produção do turismo:** fetichismo e dependência. Campinas, SP: Alínea, 2005.

PROJETO COOPERAR. **Plano de participação das populações indígenas.** Projeto de redução da pobreza rural (PRPR), 2007. Disponível em: <http://util.socioambiental.org/inst/esp/consulta_previa/sites/util.socioambiental.org/inst/esp/consulta_previa/files/CP_Paraiba.pdf>. Acesso em: 10/Out/2011.

REJOWISKI, M. (org.). **Turismo no percurso do tempo.** São Paulo: Aleph, 2002.

TRIVINOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa de ciências sociais:** a pesquisa qualitativa 1. edição, 14 reimpressão. São Paulo: Atlas, 2006.

SAHLINS, M. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um “objeto” em vias de extinção (PARTE II). **Mana**, vol.3, n.1 Rio de Janeiro, Apr. 1997. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93131997000100002>>. Acesso em 02/dez/2012 11.

VIEIRA, J.G. O “eu” e “outro”: O turismo étnico no grupo indígena potyguara da Paraíba – Nordeste brasileiro. Disponível em: <http://www.naya.org.ar/turismo/congreso2003/ponencias/Jose_Glebson_Vieira.htm>. Acesso em: 25/out/2013.

WWF BRASIL. **Sociedade e Ecoturismo:** Na trilha do desenvolvimento sustentável: Como diferentes atores sociais, pode deforma participativa, elaborar planos estratégicos de conservação e geração de renda. O caso de ecoturismo no Vale do Ribeira Mata Atlântica. São Paulo: Petrópolis, 2003.

Nota:

¹Trabalho referente ao resumo anteriormente apresentado, sendo apresentado pela autora em colaboração com a professora orientadora do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio-Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Categoria pesquisa, eixo temático 4, no Congresso Nacional de Ecoturismo (VIII CONECOTUR) em novembro de 2011.

Izolda Kelly Pereira Barbosa: Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.

E-mail: izoldakelly.tour@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9769289835050902>

Maria Cristina Crispim: Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.

E-mail: ccrispim@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1103302506132951>

Data de submissão: 03 de janeiro de 2013

Data de recebimento de correções: 16 de janeiro de 2015

Data do aceite: 16 de janeiro de 2015

Avaliado anonimamente